

ONM HEALTH S.A.
Demonstrações Financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro

2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria e aos Responsáveis pela Governança da
ONM Health S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ONM Health S.A. (“ONM” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ONM Health S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativos financeiros e receitas de parcerias público-privadas

Por que é um PAA

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 7 e nº 17 às demonstrações financeiras, as receitas provenientes de parcerias público-privadas são de R\$126.806 mil e o ativo financeiro é de R\$291.013 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024. O ativo classificado como um ativo financeiro constitui direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção prestados. O reconhecimento dos ativos financeiros e receitas correspondentes no contexto das parcerias público-privadas possuem complexidades quanto à metodologia de cálculo (incluindo taxa de desconto e reajustes anuais) e alocação dos preços de transação entre receitas de operação, receitas de obra e remuneração sobre o ativo financeiro, bem como as atualizações dos cálculos trimestrais/anuais de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1).

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; e (ii) aos julgamentos realizados pela Administração na mensuração e no reconhecimento do ativo financeiro de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1), como determinação da taxa interna de retorno do contrato de concessão (“TIR”), alocação das receitas de construção, operações e de atualização do ativo financeiro, por exemplo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionados às atualizações dos ativos financeiros relacionados, bem como o correspondente reconhecimento das receitas de operação, receitas de obras e receitas financeiras desses contratos.
- ii) Leitura do contrato de concessão e recálculo da modelagem aplicável e os respectivos fluxos financeiros, à luz da interpretação técnica ICPC 01 (R1), com foco na determinação da taxa interna de retorno e dos percentuais de alocação entre receitas de construção, operações e atualização do ativo financeiro.
- iii) Execução de teste, em bases amostrais, para as movimentações ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com a inspeção das documentações-suporte aplicáveis, com o objetivo de assegurar a acuracidade de eventuais atualizações efetuadas na modelagem aplicável.
- iv) Avaliação da adequação das divulgações requeridas pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos o reconhecimento dos ativos financeiros e receitas correspondentes aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

ONM HEALTH S.A.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.946	7.040	Fornecedores	9	10.958	10.509
Contas a receber	5	10.759	10.405	Operação Confirming	9	6.451	4.838
Impostos a recuperar	6	3.148	5.351	Empréstimos e financiamentos	12	8.042	8.149
Ativo financeiro	7	46.636	43.285	Debêntures	13	67.683	6.702
Outros ativos		738	660	Obrigações trabalhistas		2.478	1.823
Total do ativo circulante		69.227	66.741	Impostos e contribuições a recolher	10	8.550	7.885
				Imposto de renda e contribuição social a recolher	11	313	452
				Dividendos propostos	21	14.585	4.964
				Outros passivos		218	197
				Total do passivo circulante		119.278	45.519
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	4	-	1.349	Empréstimos e financiamentos.	12	46.584	54.653
Impostos a recuperar	6	13.312	11.532	Debêntures.	13	-	60.596
Outros ativos		458	464	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	55.680	51.549
Ativo financeiro	7	244.377	241.562	Impostos e contribuições diferidos a recolher.	10	35.125	34.705
Imobilizado	8	2.252	2.456	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	320	533
Direito de uso		83	146	Total do passivo não circulante		137.709	202.036
Total do ativo não circulante		260.482	257.509	Total do passivo		256.987	247.555
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15	31.700	31.700
				Reserva Legal		6.340	6.340
				Reserva de lucros		34.682	38.655
				Total do patrimônio líquido		72.722	76.695
TOTAL DO ATIVO		329.709	324.250	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		329.709	324.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ONM HEALTH S.A.

Demonstração do Resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita líquida dos serviços prestados	17	126.806	120.951
Custo de serviço prestado	18	<u>(64.626)</u>	<u>(57.134)</u>
LUCRO BRUTO		<u>62.180</u>	<u>63.817</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	18	(20.108)	(17.679)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>873</u>	<u>498</u>
		<u>(19.235)</u>	<u>(17.181)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		<u>42.945</u>	<u>46.636</u>
Receita financeira	19	1.083	1.280
Despesa financeira	19	<u>(20.611)</u>	<u>(23.524)</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		<u>(19.528)</u>	<u>(22.244)</u>
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		<u>23.417</u>	<u>24.392</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	20	(4.412)	(2.623)
Diferido	20	<u>(4.130)</u>	<u>(6.345)</u>
		<u>(8.542)</u>	<u>(8.968)</u>
LUCRO DO EXERCÍCIO		<u>14.875</u>	<u>15.424</u>
Resultado básico e diluído por ação	16	0,47	0,49

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

ONM HEALTH S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro do exercício	<u>14.875</u>	<u>15.424</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>14.875</u></u>	<u><u>15.424</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ONM HEALTH S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de Lucros				Total Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	31.700	6.076	27.285	-	65.061
Lucro líquido no exercício	-	-	-	15.424	15.424
Constituição de reserva legal	-	264	-	(264)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.790)	(3.790)
Constituição de retenção de lucros	-	-	11.370	(11.370)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	31.700	6.340	38.655	-	76.695
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.875	14.875
Distribuição de dividendos	-	-	(15.129)	-	(15.129)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.719)	(3.719)
Constituição de retenção de lucros	-	-	11.156	(11.156)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	31.700	6.340	34.682	-	72.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ONM HEALTH S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		23.417	24.392
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	18	456	458
Juros financiamentos, debêntures e arrendamentos	12 e 13	14.016	16.561
Apropriação de custo de captação de financiamentos e debêntures	12 e 13	824	960
Reversões para riscos trabalhistas	14	(213)	18
Atualização monetária debêntures	19	3.341	5.380
Atualização monetária do ativo financeiro da concessão	7	(42.278)	(45.060)
		<u>(437)</u>	<u>2.709</u>
Variações no capital de giro:			
Contas a receber	5	(354)	(162)
Impostos a recuperar	6	423	(1.474)
Ativo financeiro da concessão	7	45.094	42.542
Fornecedores e prestadores de serviços	9	449	224
Obrigações trabalhistas		655	210
Impostos a recolher	10	(2.417)	(1.058)
Outras ativos e passivos		(105)	(204)
		<u>43.308</u>	<u>42.787</u>
Caixa proveniente das atividade operacionais			
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	11	(1.048)	(378)
Pagamento de juros sobre financiamento, debêntures e arrendamentos	12 e 13	(14.042)	(16.616)
		<u>28.218</u>	<u>25.793</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	8	(189)	(80)
Aquisições - ativo financeiro (custo de obra)	7	(8.982)	(2.505)
Aplicações financeiras	4	1.349	(93)
		<u>(7.822)</u>	<u>(2.678)</u>
Caixa consumido pelas atividades de investimentos			
Atividades de financiamentos			
Operação Confirming	9	1.613	(168)
Pagamento de financiamento e arrendamentos	12 e 13	(11.929)	(8.756)
Pagamento de dividendos		(9.174)	(14.000)
		<u>(19.490)</u>	<u>(22.924)</u>
Caixa consumido pelas atividades de financiamentos			
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>906</u>	<u>191</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício		7.040	6.849
Caixa e equivalentes no final do exercício		7.946	7.040
		<u>906</u>	<u>191</u>
Variação do caixa e equivalentes			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A ONM Health S.A.(Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à rua Dona Luiza, nº 311, no bairro Milionários, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. A Companhia tem como objeto social, exclusivamente, a prestação de serviços de apoio não assistenciais à gestão e operação do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (“Hospital” ou HMDCC), inaugurado em 10 de dezembro de 2015 através de parceria público-privada.

Contrato de Concessão

A Companhia assinou, em 26 de março de 2012, o Contrato de Concessão Administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. O contrato delega à Companhia, por meio de concessão administrativa, a execução das obras da Fase II e dos serviços não assistenciais do Hospital, pelo prazo de 20 anos.

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam:

Prestar atividades de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital, que integram o objeto da Concessão, conforme disposto no Anexo 5 do Contrato de Concessão; efetuar manutenção corretiva e preventiva dos bens vinculados (bens utilizados na execução dos serviços) de modo a conservá-los em condições adequadas de uso e incorporar inovações tecnológicas supervenientes à celebração do contrato, que possibilitem o melhor atendimento aos usuários, o incremento da preservação do meio ambiente ou a redução dos custos na execução dos serviços.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão descritas na nota explicativa 2.6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis materiais a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, quando tais transações são originadas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3 Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, aplicou-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos são apresentados em milhares de Reais nestas demonstrações financeiras e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares).

2.5 Uso de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis materiais e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente às políticas contábeis materiais adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir:

2.5.1 Avaliação dos instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros.

2.5.2 Provisões para riscos fiscais, trabalhista e cíveis.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 14

2.5.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

São reconhecidos para todos os créditos e perdas tributárias não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que haja diferenças temporárias tributáveis, ou seja, provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data das demonstrações financeiras e pode ser baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data das demonstrações financeiras e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Dessa forma, sempre que necessário, a Companhia faz o uso de estimativas para concluir sobre a provável existência de lucros tributáveis futuros, valendo-se da avaliação de risco do negócio e projeções de desempenho.

2.5.4 Perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

2.6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

2.6.2 Contas a receber

Representa em grande parte os saldos a receber contratualmente previstos junto ao Poder Concedente referente às contraprestações mensais que a Companhia passou a fazer jus após o início das operações do HMDCC.

2.6.3 Impostos a recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a Companhia reconhece créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, oriundos das fases de construção e operação do Hospital. Referidos créditos são originados e reconhecidos no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insumos para execução dos serviços de construção e operação do Hospital. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundo de suas operações. A Companhia espera utilizar estes saldos ao longo de seu contrato de concessão.

2.6.4 Contratos de concessão - ativo financeiro

O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC-01 (R1) e CPC 47 e, por se tratar de contrato de execução, onde os serviços de construção representam geração de receita adicional durante o prazo da concessão, o reconhecimento do direito (de explorar) e das obrigações (de construir) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

O direito contratual cedido pelo Poder Concedente é reconhecido como ativo financeiro, pois representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pela prestação dos serviços de construção.

Para mensurar esta classificação, a Companhia utiliza como critério: a proporção da receita garantida, que é a receita que não depende de demanda, sobre a receita total, que é a soma das receitas de contraprestação oriundas do contrato de concessão, o aditivo contratual e as receitas extraordinárias, todos trazidos a valor presente.

Dos valores faturados referentes à Contraprestação Pública Máxima, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação do ativo financeiro, é utilizada para a baixa do respectivo ativo financeiro.

2.6.5 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens, nota explicativa 8.

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos (“impairment”).

2.6.6 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao custo ou pelo valor de realização, dos dois o menor, e incluem os rendimentos auferidos.

2.6.7 Fornecedores

Os saldos de contas a pagar de Fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento da prestação de serviços necessários para a operação de Companhia. A Companhia realiza contratação de serviços e realiza compras apoiado na política de compras que destaca prazo de pagamento de 90 dias.

2.6.8 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

2.6.9 Impostos a recolher

Representa essencialmente saldos de PIS, COFINS e ISS a recolher sobre as operações de serviços de concessão e demais receitas acessórias. A Companhia reconhece estas obrigações pelo montante devido de acordo com os valores apurados, na competência em que os serviços são prestados. Sempre que permitido por lei, a Companhia utiliza-se da compensação de impostos para liquidar saldos passivos de tributos a pagar.

2.6.10 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possui quaisquer operações ou saldos referentes a impostos correntes ou diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

2.6.11 Reconhecimento das receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, apurada pelo regime contábil de competência. Na demonstração do resultado do exercício, a receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos-futuros serão apurados e o controle sobre o produto ou serviço é transferido para o cliente, considerando cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

Receitas de operação

Referem-se às receitas provenientes dos serviços de concessão do Hospital e são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas de remuneração do ativo financeiro

São as receitas reconhecidas mensalmente em função da correção do ativo financeiro a uma taxa pré-fixada no Contrato de Concessão e que, conforme descrito na nota explicativa nº 7, são calculadas com base no saldo do ativo financeiro do mês anterior.

Receitas de construção

Representam as receitas reconhecidas pela Companhia em função da realização de serviços de construção, melhoria e manutenção das obras civis e equipamentos do Hospital. Tais receitas são mensuradas e reconhecidas conforme o estágio de execução das obras e aquisição de equipamentos ao final de cada exercício.

Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre ativos e passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros a pagar sobre os contratos de empréstimos e financiamentos e operações de *Confirming* da Companhia. O reconhecimento destas despesas financeiras relacionadas aos juros dos financiamentos se dá em observância ao princípio contábil da competência e respeitadas as definições contratuais de cada instrumento de dívida.

Receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.6.12 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia realiza a classificação de seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou
- Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Os ativos financeiros não são reconhecidos quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo:

- Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou
- Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o não reconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

2.6.14 Arrendamentos e direito de uso

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamentos e direito de uso, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação de equipamentos e da sede administrativa. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

2.7 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às normas brasileiras de contabilidade que são obrigatoriamente válidas para um exercício contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

- IAS 1 / CPC 26 (R1) - Trata da apresentação das demonstrações financeiras e introduz alterações nos critérios de classificação de ativos e passivos circulantes e não circulantes, especialmente relacionados ao ciclo operacional normal, passivos financeiros, e direitos de diferir a liquidação por pelo menos 12 meses. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2024
- IAS 7 / CPC 26 e IFRS 7 / CPC 40 - Incorporação de requisitos para divulgação de acordos de financiamento com fornecedores. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2024
- Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro—Definição de Estimativas Contábeis.

2.8 Novos pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras a companhia não adotou as seguintes novas normas emitidas e revisadas a seguir, que ainda não aplicáveis no exercício corrente.

- IAS 21 / CPC 02 - Ausência de conversibilidade, efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2025
- IFRS 18 - Divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Administração continua avaliando os impactos até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras.

Com exceção do novo formato de apresentação da demonstração do resultado conforme IFRS 18, não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	162	45
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	<u>7.784</u>	<u>6.995</u>
	<u>7.946</u>	<u>7.040</u>

- (a) As aplicações financeiras referem-se às operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas a taxa média de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (101% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O valor de R\$1.349, em 31 de dezembro de 2023, mantido no ativo não circulante, atuou como garantia (“Cash Colateral”) dada pela Companhia ao banco Santander e atualizado a 4,20% a.a., relativo à contratação das cartas-fiança junto a instituição financeira. Para 31 de dezembro de 2024, o montante fora integralmente resgatado, não havendo mais tal natureza de aplicação.

5 CONTAS A RECEBER

Referem-se à contraprestação junto ao poder concedente, com vencimento mensal, que a Companhia passou a fazer jus mediante ao início das operações do Hospital e demais receitas acessórias previstas no contrato de concessão.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contraprestação pública	10.720	10.366
Receitas acessórias	39	39
	<u>10.759</u>	<u>10.405</u>

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais e, portanto, não reconhece nenhum impacto de perda sobre estes saldos.

O saldo a receber, classificado pelos prazos de vencimento em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a vencer	10.720	10.366
Vencidos		
Acima de 360 dias	39	39
	<u>10.759</u>	<u>10.405</u>

6 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS/COFINS (a)	11.126	12.023
IRPJ/CSLL (b)	1.075	1
IRRF (c)	3.812	4.411
Outros	447	448
	<u>16.460</u>	<u>16.883</u>
Circulante	3.148	5.351
Não circulante	13.312	11.532

- (a) Referem-se a créditos de PIS e COFINS decorrentes da fase de construção e operação do Hospital. Tais créditos serão consumidos ao longo do contrato de concessão à medida em que as receitas advindas da realização deste contrato ocorrerem e, por consequência, gerar os respectivos débitos tributários.
- (b) Referem-se aos pagamentos de IRPJ/CSLL calculados com base no balanço de suspensão e redução.
- (c) IRRF sobre aplicações financeiras e prestações de serviços.

7 ATIVO FINANCEIRO

Refere-se às parcelas de valores a receber decorrentes dos contratos de concessão assinados junto ao poder concedente, sendo a Prefeitura de Belo Horizonte (ONM Health). O contrato de concessão foi classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do Poder Concedente, pela execução das obras da Fase II do Hospital, pelo prazo de 20 anos, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A Companhia espera manter o ativo durante todo seu prazo de concessão para receber os fluxos de caixa contratualmente estabelecidos.

Em 26 de março de 2012 a Companhia celebrou com o município de Belo Horizonte, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Poder Concedente), Contrato de Concessão Administrativa, sob a forma de Parceria Público-Privada, para a execução das obras de engenharia (Fase II) e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro.

Em 10 de fevereiro de 2020 a Companhia assinou o Nono Termo Aditivo definindo a data para a revisão da composição do equilíbrio econômico-financeiro para abril de 2025, tendo até doze meses como prazo para a finalização das revisões.

As movimentações do ativo financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são como segue:

Saldo em 01 de janeiro de 2023	279.825
Adições	2.505
Recebimento	(42.542)
Atualização monetária do ativo financeiro (a)	45.059
Saldo em 31 de dezembro de 2023	284.847
Circulante	43.285
Não circulante	241.562
Saldo em 01 de janeiro de 2024	284.847
Adições	8.982
Recebimento	(45.094)
Atualização monetária do ativo financeiro (a)	42.278
Saldo em 31 de dezembro de 2024	291.013
Circulante	46.636
Não circulante	244.377

(a) Atualização do ativo financeiro constituído no âmbito da concessão, reconhecida no resultado do exercício. A Companhia reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro do mês anterior. O saldo do ativo financeiro é corrigido pela taxa de 10,75% ao ano, em consonância com o Contrato de Concessão. Adicionalmente o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente através da cesta de índices de reajustes sobre o contrato de concessão que apresentou na totalidade 4,30% em 2024 e 5,21% em 2023, comparado com o ano anterior houve uma variação negativa de 0,91%.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio para manutenção deste ativo financeiro, a Companhia o classifica como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48 item 4.1.2.

Avaliação do valor recuperável de ativos – “impairment”

Nos exercícios apresentados não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do ativo imobilizado ao seu valor de recuperação.

9 FORNECEDORES

Os saldos devidos a fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento de prestação de serviços gerais necessários a operação do hospital administrado pela Companhia, conforme comentado na nota explicativa nº 1. A segregação entre as naturezas dos fornecedores da Companhia pode ser assim detalhada:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Operação confirming (a)	6.772	5.022
Ajuste valor presente – confirming	(321)	(184)
Fornecedores – terceiros	10.958	10.509
	<u>17.409</u>	<u>15.347</u>

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Ver detalhes na nota explicativa nº 23.

- (a) Operações confirming: A Companhia possui convênio de confirming com instituições financeiras para gerir seus compromissos com fornecedores estratégicos que permanecem como “fornecedores confirming” até a extinção desta obrigação. Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para instituição financeira e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira que, por sua vez passam a ser credoras da operação, mantendo os prazos e valores acordados na transação comercial. A Companhia revisou a composição da sua carteira e concluiu que não houve alteração de prazos, preços e condições e não há impactos de encargos financeiros, pois todos os custos financeiros deste convênio são de responsabilidade exclusiva dos fornecedores. Importante destacar que a antecipação do recebível é uma alternativa de recebimento para fornecedor (em contrapartida a política de compras da Companhia que prevê prazo de pagamento em 90 dias).

Movimentação Fornecedores Confirming

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2024</u>
Operação Confirming	4.838	16.794	(15.181)	6.451
Total	<u>4.838</u>	<u>16.794</u>	<u>(15.181)</u>	<u>6.451</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2023</u>
Operação Confirming	5.006	18.329	(18.497)	4.838
Total	<u>5.006</u>	<u>18.329</u>	<u>(18.497)</u>	<u>4.838</u>

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os montantes a recolher de impostos e contribuições são originados das operações de serviços de concessão e demais receitas, conforme detalhado na nota explicativa nº 16. A composição dos impostos e contribuições a recolher é assim demonstrada:

	31/12/2024	31/12/2023
PIS a recolher	133	156
COFINS a recolher	898	745
ISS a recolher	194	183
PIS diferido	4.866	4.760
COFINS diferido	22.412	21.923
ISS diferido	14.551	14.242
Outros impostos	621	581
	43.675	42.590
Circulante	8.550	7.885
Não circulante	35.125	34.705

A parcela de impostos a recolher classificada no passivo não circulante representa a expectativa de liquidação destes tributos ao longo de todo o prazo da concessão, que, atualmente, está previsto para se encerrar em 2035. Tais impostos são devidos somente à medida em que ocorrem os recebimentos financeiros das contraprestações relacionadas à realização do ativo financeiro.

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher, originados da apuração do lucro líquido tributável da Companhia, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a recolher	-	-
CSLL a recolher	313	452
	313	452

Conciliação IRPJ e CSLL a recolher

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo a Pagar 31/12/2023	-	452	452
Pagamentos	-	(1.048)	(1.048)
Provisão	3.238	1.174	4.412
Compensação	(3.238)	(265)	(3.503)
Saldo a Pagar 31/12/2024	-	313	313

12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos saldos de obrigações com empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, é demonstrada a seguir. Todos os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia foram realizados na moeda Real (R\$). Na nota explicativa nº 23, encontra-se a análise de sensibilidade realizada sobre a exposição ao risco de variação nas taxas de juros às quais a Companhia encontra-se exposta.

Instituição financeira	Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em	
						31/12/2024	31/12/2023
BDMG	Financiamento com garantia (a)	20/08/2021	25/08/2031	SELIC + 4,74%	75.000	54.626	62.650
HP FINANCIAL	Financiamento de ativo fixo (b)	05/09/2019	10/09/2024	5,67%	237	-	35
HP FINANCIAL	Financiamento de ativo fixo (b)	16/10/2019	10/10/2024	5,54%	707	-	117
					75.944	54.626	62.802
						8.042	
Circulante						46.584	8.149
Não Circulante							54.653

- (a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, o valor de R\$1.349, em 31 de dezembro de 2023, mantido no ativo não circulante, atuou como garantia (“Cash Colateral”) dada pela Companhia ao banco Santander e atualizado a 4,20% a.a., relativo à contratação das cartas-fiança junto a instituição financeira. Para 31 de dezembro de 2024, o montante fora integralmente resgatado, não havendo mais tal natureza de aplicação.
- (b) Os montantes apresentados na modalidade de financiamento de ativo fixo referem-se a captações para financiar a aquisição de ativos financeiros realizadas através de operações de arrendamento mercantil. Nesta categoria de financiamento, os próprios ativos adquiridos são dados em garantia à dívida.

A movimentação dos financiamentos da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, é como segue:

Instituição financeira	31/12/2023	Principal		Juros e encargos		
		Custo de Transação Líquido	Pagamentos	Adições	Pagamentos	31/12/2024
BDMG	62.650	338	(8.335)	9.055	(9.082)	54.626
HP FINANCIAL	35	-	(35)	11	(11)	-
HP FINANCIAL	117	-	(117)	37	(37)	-
	62.802	338	(8.487)	9.103	(9.130)	54.626

Instituição financeira	31/12/2022	Principal		Juros e encargos		
		Custo de Transação Líquido	Pagamentos	Adições	Pagamentos	31/12/2023
BDMG	70.697	385	(8.333)	11.644	(11.743)	62.650
HP FINANCIAL	104	-	(69)	14	(14)	35
HP FINANCIAL	233	-	(116)	44	(44)	117
	71.034	385	(8.518)	11.702	(11.801)	62.802

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo classificado no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2026	8.089
2027	8.136
2028	8.183
2029	8.230
Acima de 2029	13.946
	46.584

12.1. Financiamentos Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)

Em 20 de agosto de 2021 a Companhia iniciou o processo de captação para liquidação antecipada do total da dívida junto ao Banco. A captação foi emitida em 20 de agosto de 2021, com data de vencimento em 25 de agosto de 2031. O montante total captado foi de R\$75.000, com custo de SELIC + 4,74% a.a., com carência de 12 meses de principal.

12.2 Covenants

Os contratos de dívida junto ao Banco BDMG e os instrumentos que regem o certificado de recebível imobiliário (aqui representados pela debênture que lastreia a operação) contêm cláusulas de covenants financeiros que busca manter o patamar de certos índices financeiros conforme estabelecido em contrato.

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), medido semestralmente com lastro nos valores apurados nos últimos doze meses constantes das referidas demonstrações financeiras. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, a Companhia terá o prazo de 6 meses para comprovar o reestabelecimento do referido índice.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia cumpriu com os índices financeiros.

Índice	Limite Maior que	12 meses findo em	
		31/12/2024	31/12/2023
Geração operacional de caixa (*) / Serviço da dívida (**)	1,3	2,0134	1,7851

(*) Geração de caixa operacional corresponde a soma do caixa líquido gerado nas operações e o custo de obra, relativo aos 12 últimos meses.

(**) O serviço da dívida corresponde ao pagamento de principal de financiamento e pagamento de juros de financiamento, deduzido dos efeitos de substituição das dívidas, relativo aos 12 últimos meses.

13 DEBÊNTURES

Em 20 de agosto de 2021 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversível em ações de espécie quirográfaria, no valor de R\$60.000 (sessenta milhões de reais), as quais serviram de lastro para operação de securitização onde a empresa Virgo emitiu certificados de recebível imobiliário (CRI), pelo prazo de 10 anos, custo de IPCA + 7,3557%, e com carência de 12 (doze) meses para pagamento de principal. Os recursos captados por meio das Debêntures serão integralmente destinados ao pagamento das despesas diretamente relativas às obras de expansão, desenvolvimento, reforma e/ou de manutenção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, objeto do contrato de concessão da Companhia.

A operação teve carta fiança como garantia da operação, no valor de 3 (três) parcelas vincendas da dívida em benefício dos titulares do certificado de recebível imobiliário junto a securitizadora da operação, Virgo Companhia de Securitização. Além disso, as garantias da operação são (i) direitos de recebimento creditório da caução correspondente à 3 (três) contraprestações, conforme cláusula 20.1.1 do Contrato de Concessão; (ii) direito dos recebimentos dos créditos decorrentes do “Contrato de Penhor”, conforme cláusula 20.1.2 do Contrato de Concessão; e (iii) alienação fiduciária das ações da Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

A operação é regida pelos seguintes documentos: (i) contrato de distribuição; (ii) escritura de emissão de debêntures; (iii) escritura de emissão de cédula de certificado imobiliário; (iii) termo de securitização; (iv) contrato de cessão fiduciária; e (v) contrato de alienação fiduciária, incluindo todos os seus anexos e aditamentos.

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

13.1. Covenants

A escritura das debêntures possui determinadas cláusulas restritivas (“covenants”), as quais estabelecem condições que, se concretizadas, ensejam em liquidação antecipada da dívida.

Em 26 de dezembro de 2024 a parte relacionada OZN Health SPE S.A. celebrou contrato de mútuo oneroso, cuja eficácia está condicionada à aprovação dos debenturistas/detentores do CRI, com a controlada da Companhia no montante de R\$ 200 milhões, valor já transferido entre as entidades em 2024. Como o rito para tal aprovação apenas ocorrerá no exercício seguinte, e a cláusula das debentures 5.1.2 (y) requer aprovação prévia para a eficácia de tal transação, em 31 de dezembro de 2024 todo o montante da dívida está classificado como curto prazo para o atual ano.

Conforme descrito na nota explicativa 25, foi obtido um waiver em 27 de março de 2025, autorizando a produção dos efeitos do mútuo sem que enseje qualquer declaração de vencimento antecipado.

Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas no exercício:

Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em	
					31/12/2024	31/12/2023
Debentures	13/09/2021	15/08/2031	7,36%	60.000	67.683	67.298
Circulante (Principal)					68.775	7.123
Circulante (Custo emissão debentures)					(1.362)	(421)
					67.683	6.702
Não circulante (Principal)					-	62.023
Não circulante (custo emissão debentures)					-	(1.427)
					-	60.596

Debêntures	31/12/2023	Principal		Juros e encargos		31/12/2024
		Pagamentos	Adições	Pagamentos		
Debêntures emitidas	58.440	(3.442)	-	-	-	54.998
Juros Contrato	21.276	-	8.253	-	-	29.529
Amortização juros contrato	(10.569)	-	-	(4.912)	-	(15.481)
Custo com emissão debentures	(1.849)	-	486	-	-	(1.363)
	67.298	(3.442)	8.739	(4.912)		67.683

Debêntures	31/12/2022	Principal		Juros e encargos		31/12/2023
		Pagamentos	Adições	Pagamentos		
Debêntures emitidas	58.651	(211)	-	-	-	58.440
Juros contrato	11.039	-	10.237	-	-	21.276
Amortização juros contrato	(5.755)	-	-	(4.814)	-	(10.569)
Custo com emissão debentures	(2.424)	-	575	-	-	(1.849)
	61.511	(211)	10.812	(4.814)		67.298

14 PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

As provisões para riscos trabalhistas refletem a opinião de assessores jurídicos de que a Companhia incorre em risco provável de perda em certos pleitos trabalhistas. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos para pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais. Sempre que uma decisão judicial integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui saldos provisionados para eventuais perdas em processos trabalhistas.

No que tange as provisões de perdas decorrentes dos processos de natureza administrativa, relacionados à prestação de serviços da Concessionária informamos o montante de R\$320 (trezentos e vinte mil reais), já considerados a atualização financeira em 31 de dezembro de 2024 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

A movimentação das provisões para riscos trabalhistas e administrativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, pode ser assim demonstrada:

	31/12/2023	Provisão	Reversão	31/12/2024
Administrativa	533	-	(213)	320
Total	533	-	(213)	320
	31/12/2022	Provisão	Reversão	31/12/2023
Trabalhista	515	-	(515)	-
Administrativa	-	533	-	533
Total	515	533	(515)	533

A Companhia possui ações de natureza trabalhista e cíveis que não estão provisionados, pois envolvem risco de perda classificado por seus assessores legais como possível. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo aproximado é de R\$80 (R\$60 em 31 de dezembro de 2023).

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social da Companhia é de R\$20.000, representado por 20.000.000 ações ordinárias. No dia 15 de abril de 2020 foram subscritas 11.700.000 novas ações ordinárias com o valor nominal de R\$1,00 (um real), totalizando o montante de R\$11.700 integralizadas em espécie pela única acionista da Companhia, a Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A Dessa forma, o capital social da Companhia apresenta o valor total de R\$31.700, representado por 31.700.000 ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

Acionistas	31/12/2024			31/12/2023		
	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)	Ações (ON)	Participação (R\$)	Participação (%)
OPY Healthcare gestão de ativos e investimentos S.A.	31.700.000	31.700.000	100,00%	31.700.000	31.700.000	100,00%
	31.700.000	31.700.000	100,00%	31.700.000	31.700.000	100,00%

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

O Estatuto Social e a legislação societária preveem distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado. Caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações, no final do exercício é registrada provisão no montante do dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido, quando deliberados pela Administração da Companhia.

Durante o exercício de 2024 foram distribuídos dividendos no montante de R\$9.174, referente aos dividendos mínimos obrigatórios apurados em exercícios anteriores. Estes dividendos foram deliberados em AGEs, datadas em 23 de junho de 2022 e retificada em 30 de outubro de 2023.

A composição dos saldos a título de dividendos e juros sobre capital próprio registrados no patrimônio líquido está demonstrada no quadro abaixo:

Dividendos e juros sobre capital próprio

Passivo circulante	31/12/2024	31/12/2023
Saldo início do exercício	4.964	15.174
Constituição dividendos intermediário	15.129	-
Dividendos pagos	(9.174)	(14.000)
Constituição dividendos mínimo obrigatório	3.719	3.790
Saldo Final do exercício	14.638	4.964

Reserva de lucros

Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.

Reserva de Lucros	31/12/2024	31/12/2023
Saldo início do exercício	38.655	27.285
Dividendos propostos	(15.129)	-
Constituição reserva de lucros	11.156	11.370
Saldo Final do exercício	34.682	38.655

A Companhia apresenta saldo de reserva de lucros superior ao saldo de capital social. Conforme determina a legislação societária, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A Companhia em sua próxima Assembleia Geral Ordinária deliberará sobre a destinação da reserva de lucros.

16 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação considerando o lucro líquido atribuível ao acionista dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação.

Os cálculos dos resultados por ação dos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e de 2023 podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Numerador		
Resultado líquido do exercício	14.875	15.424
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	31.700	31.700
Resultado básico por ação atribuída aos acionistas por ação ordinária	<u>0,47</u>	<u>0,49</u>

17 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de Operação	95.962	92.872
Receita de Remuneração do Ativo da Concessão	42.278	45.058
Receita de Construção (a)	8.981	2.506
Outras Receitas	23	-
Receita bruta	<u>147.244</u>	<u>140.436</u>
PIS	(2.333)	(2.222)
COFINS	(10.744)	(10.236)
ISSQN	(7.361)	(7.027)
Impostos sobre serviços	<u>(20.438)</u>	<u>(19.485)</u>
Receita líquida	<u>126.806</u>	<u>120.951</u>

- (a) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC-01 (R1) e OCPC-05.

18 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A segregação e composição dos custos e despesas por natureza são como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Materiais e serviços de concessão	(56.770)	(54.360)
Materiais e serviços de obra	(7.932)	(2.313)
Gasto com pessoal	(10.953)	(9.362)
Serviços de terceiros	(8.269)	(7.555)
Materiais	(33)	(504)
Despesa Tributária	(144)	(120)
Aluguéis	(170)	(139)
Depreciação e amortização	(456)	(458)
Outras	(7)	(2)
	<u>(84.734)</u>	<u>(74.813)</u>
Custo de serviço prestado	(64.626)	(57.134)
Despesas gerias e administrativas	(20.108)	(17.679)

19 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida assumidos pela Companhia e pode ser assim composto:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento sobre aplicações financeiras	602	891
Ajuste a valor presente	137	184
Outras receitas financeiras	344	205
	<u>1.083</u>	<u>1.280</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre financiamentos	(14.652)	(17.521)
Juros sobre arrendamentos	-	(1)
Atualização monetária	(3.340)	(5.380)
Outras despesas financeiras	(2.619)	(622)
	<u>(20.611)</u>	<u>(23.524)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(19.528)</u>	<u>(22.244)</u>

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, registrado no balanço patrimonial, é como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo		
Provisão para riscos trabalhistas	181	157
	181	157
Passivo		
Diferimento de receita	(55.861)	(51.706)
	(55.861)	(51.706)
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias e diferimento da receita	(55.680)	(51.549)

A expectativa da Administração é que o ativo fiscal diferido será realizado entre 1 e 2 anos.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	23.417	24.392
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(7.889)	(8.293)
Reversão de prejuízo fiscal	-	1.139
Adições / Exclusões permanentes	(580)	(1.910)
Efeito diferimento receita, outros líquidos	-	97
	(653)	(674)
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	(8.542)	(8.968)
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(4.412)	(2.623)
Diferido	(4.130)	(6.345)
	(8.542)	(8.968)
Alíquota Efetiva	36,48%	36,77%

21 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, não gerando qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

	Custo dos serviços prestados	
	31/12/2024	31/12/2023
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i)	(4.924)	(4.007)
	(4.924)	(4.007)

- (i) Total incorrido com prestação de serviços de administrativos e gestão estratégica realizados pela controladora da Companhia e despesas compartilhadas que são contratadas pela holding (por questões comerciais e/ou de diretriz estratégica) e posteriormente rateadas para os ativos conforme contrato estabelecido. Todo o saldo de partes relacionadas foi pago dentro do exercício.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, por serviços prestados, refere-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e honorários, no montante de R\$823 e R\$732 em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente, apresentados no grupo de despesas gerais e administrativas.

22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de “*input*” significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de “*inputs*” baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os “*inputs*” de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de “*input*” que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis.

Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

31/12/2024			
	Valor Contábil		Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
		Total	Nível 1
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	162	7.784	7.946
Contas a receber de clientes	-	10.759	10.759
Ativo financeiro	-	291.013	291.013
	162	309.556	309.718
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	-	54.626	54.626
Debentures	-	67.683	67.683
Dividendos propostos	-	14.585	14.585
Fornecedores e operações de confirming	-	17.409	17.409
	-	154.303	154.303
31/12/2023			
	Valor Contábil		Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
		Total	Nível 1
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	45	6.995	7.040
Aplicações financeiras	-	1.349	1.349
Contas a receber de clientes	-	10.405	10.405
Ativo financeiro	-	284.847	284.847
	45	303.596	303.641
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	-	62.802	62.802
Debentures	-	67.298	67.298
Dividendos propostos	-	4.964	4.964
Fornecedores	-	15.347	15.347
	-	150.411	150.411

23 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Risco de capital

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seu ativo financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.

Dessa forma, a Companhia avalia, com base em sua posição atual, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago.

(a) Risco de mercado

Exposição ao risco de taxas de juros

Ativos

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDB's, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro, e fundos de investimentos (ver notas explicativas nº 3 e 4).

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 7(a), o ativo financeiro da Companhia também possui remuneração a uma taxa pré-fixada. Os riscos nestas posições advêm da possibilidade de ocorrerem oscilações negativas nas taxas de juros pactuadas e, conseqüentemente, na remuneração destes ativos.

Passivos

A Companhia está exposta a riscos relativos à variação em taxas de juros em função de ter captado financiamentos indexados a taxas como o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo e SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia (ver nota explicativa nº 13).

Abaixo é apresentada a composição da exposição líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia sujeitos a variações nas taxas de juros:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Exposição a taxas de juros pré-fixadas</u>		
<i>Ativos</i>		
Ativo financeiro	291.013	284.847
<i>Passivos</i>		
Financiamentos	-	(152)
Exposição líquida às taxas de juros pré-fixadas	<u>291.013</u>	<u>284.695</u>
<u>Exposição às taxas de juros pós-fixadas</u>		
<i>Passivos</i>		
Financiamentos	(123.671)	(131.796)
Exposição líquida às taxas de juros pós-fixada	<u>(123.671)</u>	<u>(131.796)</u>
Exposição líquida total a taxas de juros	<u>167.342</u>	<u>152.899</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

Cenário atual: refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2024;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 03 de fevereiro de 2025, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central, Receita Federal CETIP.

Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

Indexadores	Risco	<u>31/12/2024</u>	<u>Exercício até 31 de dezembro de 2025</u>				
		<u>Cenário Atual</u>	<u>Cenário Base</u>	<u>Cenário I (-50%)</u>	<u>Cenário II (-25%)</u>	<u>Cenário III (+25%)</u>	<u>Cenário IV (+50%)</u>
CDI	Varição CDI	0,12150	0,12150	0,06075	0,09113	0,15188	0,18225
TLP	Varição TLP	0,06660	0,06660	0,03330	0,04995	0,08325	0,09990
IPCA	Varição IPCA	0,04830	0,04830	0,02415	0,03623	0,06038	0,07245
SELIC	Varição SELIC	0,12250	0,12250	0,06125	0,09188	0,15313	0,18375

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		31/12/2024	Exercício até 31 de dezembro de 2025				
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Variação CDI	7.784	7.784	7.311	7.548	8.020	8.257
		7.784	7.784	7.311	7.548	8.020	8.257
Efeito de ganho (perda)			-	(473)	(236)	236	473
Passivos financeiros		31/12/2024	Exercício até 31 de dezembro de 2025				
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Financiamentos	Variação IPCA	69.045	69.045	67.378	68.211	69.879	70.712
Financiamentos	Variação SELIC	54.626	54.626	51.280	52.953	56.299	57.972
		123.671	123.671	118.658	121.164	126.178	128.684
Efeito de ganho (perda)			-	(5.013)	(2.507)	2.507	5.013
Efeito de ganho (perda), líquido			-	(5.486)	(2.743)	2.743	5.486

O ativo financeiro não foi submetido a análise de sensibilidade, visto que não está exposto a variação de indexadores financeiros. A remuneração do ativo financeiro é pré-fixada a taxa de 10,75% ao ano, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

(b) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Gerência Financeira e monitorado pelo Diretoria Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é proveniente da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente o cronograma físico e financeiro de suas operações, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e garantir os fluxos normais de recebimento.

24 SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quadro abaixo:

31/12/2024				
Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Axa Seguros S/A	Risco Operacional	028522023001901960004484	dez/2024 a dez/2025	573.888
Axa Seguros S/A	Resp. Civil	028522022001903510008922	dez/2024 a dez/2025	30.000
Junto Seguros S/A	Seguro e Garantia (a)	000000000000057750349909	mar/2024 a mar/2025	29.000

Garantias de execução do contrato de concessão pela concessionária

(a) A Companhia mantém em favor do Poder Concedente garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais conforme cláusula 19 (item 19.1 e 19.1.1) do contrato de concessão, para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitan Dr. Célio de Castro, junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. A apólice de seguro que atua em favor desta garantia possui atualmente cobertura de R\$29.000, e é atualizada anualmente no mês de março pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação).

25 EVENTOS SUBSEQUENTES

Obtenção de waiver:

Cumpridos os ritos previstos no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis da 319ª e 353ª Séries da 4ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização, lastreados em direitos creditórios imobiliários devidos pela ONM Health S.A., em 27 de março de 2025, foram obtidas as devidas autorizações para realização da redução de capital com condição precedente, da OPY Healthcare gestão de Ativos e Investimentos S.A. ("OPY"), sua controladora, e celebração de Contrato de Mútuo, com condição precedente, entre a OPY e a OZN Health S.A, parte relacionada, sem declaração de vencimento antecipado sujeito a pagamento de waiver fee no montante de 0,35% sobre o saldo devedor das debentures, valor pago em 31 de março de 2025.

26 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2025.

DIRETOR DE OPERAÇÕES

Thiago Nery Python

DIRETOR FINANCEIRO

Rogério Bolzani Caldas

CONTADOR RESPONSÁVEL

Ronney Donizete Fernandes
Contador - CRC 286.064/O-3